

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva S.A. Livreiros Editores (“Controladora”), fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, tem como acionista controlador o Sr. Jorge Eduardo Saraiva.

A Administração da Controladora implementou, em junho de 2015, reorganização societária com o propósito de consolidar o segmento editorial representado pela produção de conteúdo para educação básica, ensino técnico e ensino superior, em especial para a área do Direito e soluções educacionais, na Saraiva Educação Ltda. (“SE”), nova razão social da Érica Ltda. (“Érica”), através de contribuição para aumento de capital com acervo líquido, no montante de R\$134, relacionado aos negócios editoriais, o qual pode ser demonstrado como segue:

ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.200	Empréstimos e financiamentos	2.172
Contas a receber de clientes	123.812	Obirgações sociais e trabalhistas	12.676
Estoques	31.370		14.848
Outros créditos	3.788		
	<u>174.170</u>		
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo	5.789	Empréstimos e financiamentos	208.166
Investimentos	29	Outras obrigações	4.083
Imobilizado	4.568		212.249
Intangível	42.675		
	<u>53.061</u>	Acervo líquido vertido	
		Capital social	134
Total	<u>227.231</u>	Total	<u>227.231</u>

Com a reorganização, a Saraiva e Siciliano S.A. (“Varejo”) passou a ter o controle da SE, que por sua vez, passou a ter o controle das editoras Joaquim Ltda. (“Joaquim”), Editora Pigmento Ltda. (“Pigmento”) e Editora Todas as Letras Ltda. (“Todas as Letras”), assim como o controle compartilhado da Minha Biblioteca Ltda. (“Minha Biblioteca”). A participação direta da Controladora sobre o Varejo corresponde a 99,98% das ações ordinárias.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e

conteúdo digital, e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 112 lojas, sendo 56 do tipo “Mega Store”, 3 em formato para aeroporto, 7 no formato “iTown”, 18 “Novas Tradicionais” e 28 tradicionais.

Em 18 de junho de 2015, o Varejo celebrou Contrato de Compra e Venda com a Editora Ática S.A. (“Ática”), sociedade controlada pela Somos Educação S.A. (“SOMOS”) pela venda de 100% das quotas detidas da SE. O valor da transação, naquela data, foi de R\$725 milhões, que está sujeito a determinados mecanismos de ajuste de preço, obrigações de não competição e demais termos e condições usuais comuns em operações dessa natureza. O fechamento da operação se deu em 30 de dezembro de 2015, com a efetiva transferência das quotas da SE pelo valor atualizado de R\$776 milhões, ajustado inicialmente para menos em R\$282 milhões por estimativa de dívida líquida e de variação de capital de giro, nos termos do ajuste de preço, e com a retenção de R\$395 milhões em garantia do ajuste de preço final e das demais condições contratuais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2016 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2015.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Provisão para perdas com estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 9
- d) Redução dos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 13
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 15
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 20
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 29

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e suas controladas e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

A Controladora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e as empresas controladas são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora nas empresas investidas. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do restante das operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foi classificado como operação descontinuada o resultado das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora objeto do contrato celebrado pelo Varejo com a Ática. (nota explicativa nº 31).

c) Receitas operacionais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor

justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data

de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge.

f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

A provisão para perdas com estoque do Varejo é constituída para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos ou por não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou

pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 13).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação, se não possuem valor residual.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os

ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e as empresas controladas em condições que a Controladora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e as empresas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Controladora e as empresas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e as empresas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e das empresas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o

valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, como segue:

As provisões para o IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis

de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) *Receita diferida – programa de fidelização de clientes*

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

r) *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

s) *Remuneração baseada em ações*

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 21 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) *Dividendos e juros sobre o capital próprio*

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 28.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

w) Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o único segmento reportado à Diretoria e ao Conselho de Administração para gestão do negócio é o Varejo, uma vez que o segmento editorial foi descontinuado.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Controladora e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Controladora e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Controlada e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Controladora e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

z) *Determinação do valor justo*

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 14, 21.e) e 29.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Caixa e bancos - conta movimento	315	81.404	11.095	99.002
Aplicações financeiras - equivalente de caixa (*)	<u>2.796</u>	<u>88.057</u>	<u>115.408</u>	<u>176.017</u>
	<u>3.111</u>	<u>169.461</u>	<u>126.503</u>	<u>275.019</u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam, em sua grande maioria, entre 99% a 100,30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Aplicações financeiras (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.513</u>	<u>-</u>

(*) Aplicação financeira representada por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxa equivalente a 99% a 100,30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Duplicatas a receber	85.662	113.823	99.751	123.780
Duplicatas a receber - Varejo	-	24.450	-	-
Cartões de crédito	-	132	222.036	303.446
Cheques a receber	<u>-</u>	<u>2.031</u>	<u>3</u>	<u>2.033</u>
	85.662	140.436	321.790	429.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.186)</u>	<u>(5.064)</u>	<u>(3.430)</u>	<u>(7.657)</u>
	<u>82.476</u>	<u>135.372</u>	<u>318.360</u>	<u>421.602</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“duplicatas a receber”) é de 58 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2014).

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard, American Express e Banco do Brasil.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
A vencer	81.016	126.768	311.316	406.256
Vencidos:				
Até 60 dias	1.287	3.968	1.958	10.122
De 61 a 90 dias	916	1.647	1.805	1.975
De 91 a 180 dias	1.221	2.461	2.473	2.922
Acima de 180 dias	<u>1.222</u>	<u>5.592</u>	<u>4.238</u>	<u>7.984</u>
	<u>85.662</u>	<u>140.436</u>	<u>321.790</u>	<u>429.259</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irre recuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e, são baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldos no início do exercício	(5.064)	(3.464)	(7.657)	(5.112)
Baixa dos créditos				
considerados irre recuperáveis	4.078	2.690	6.300	4.069
Créditos considerados				
irre recuperáveis no exercício	(3.186)	(4.078)	(3.198)	(6.203)
Reversão de provisão de				
exercício anterior	986	774	1.356	945
Provisão do exercício	<u>-</u>	<u>(986)</u>	<u>(231)</u>	<u>(1.356)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(3.186)</u>	<u>(5.064)</u>	<u>(3.430)</u>	<u>(7.657)</u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Créditos considerados irre recuperáveis		
no exercício	(2.125)	(2.125)
Provisão do período líquida da reversão		-
de provisão de exercício anterior	(411)	(200)
Recuperação de créditos considerados		-
irre recuperáveis	<u>375</u>	<u>5</u>
	<u>(2.161)</u>	<u>(2.320)</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Mercadorias para revenda	-	64	287.243	405.712
Licenças de uso	-	738	-	738
Produtos acabados	-	95.506	-	99.030
Produtos em elaboração	3.829	48.087	3.829	48.087
Matérias-primas	4.984	15.419	4.984	15.419
Materiais de embalagem e consumo	<u>18</u>	<u>1.327</u>	<u>1.800</u>	<u>2.270</u>
	8.831	161.141	297.856	571.256
Lucro não realizado nos estoques				
(venda da Controladora para o Varejo)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.394)</u>	<u>(14.302)</u>
	<u>8.831</u>	<u>161.141</u>	<u>289.462</u>	<u>556.954</u>

Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas do Varejo está relacionada aos estoques sem movimentação ou baixo giro, e itens sem condição de venda, por deterioração ou obsolescência.

Em virtude do atual cenário econômico e das perspectivas de desaceleração do consumo, com reflexos na dinâmica de mercado de alguns produtos, a Administração do Varejo revisou sua estimativa de perda com obsolescência e estoques de baixo giro e promoveu, nesse exercício alterações nos parâmetros e premissas utilizados para medir a obsolescência dos seus estoques.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de provisão para perdas, no montante de R\$73.196 (R\$12.482 em 31 de dezembro de 2014).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	1.195.519	1.159.990
Despesas operacionais	<u>947</u>	<u>960</u>
	<u>1.196.466</u>	<u>1.160.950</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	4.051	11.383	98.438	95.287
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.341	1.777	24.240	21.345
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	1.808	-	14.354
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSL	3.898	3.964	3.898	7.844
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	2.075	173	3.255
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	147	105	54.664	48.879
Contribuição Previdenciária - INSS	182	497	2.256	1.044
Outros	<u>97</u>	<u>50</u>	<u>178</u>	<u>86</u>
	<u>10.716</u>	<u>21.659</u>	<u>183.847</u>	<u>192.094</u>
Ativo circulante	10.716	21.659	145.746	154.615
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.101</u>	<u>37.479</u>
	<u>10.716</u>	<u>21.659</u>	<u>183.847</u>	<u>192.094</u>

- (i) inclui o valor de R\$54.524 (R\$48.774 em 31 de dezembro de 2014), correspondente ao ICMS das operações do Varejo, demonstrado como segue:
- R\$5.239 (R\$18.374 em 31 de dezembro de 2014) – ICMS retido por substituição tributária – ICMS ST em operações de abastecimento realizadas a partir do Centro de Distribuição – CD localizado no Estado de São Paulo para os estabelecimentos localizados em outras unidades da Federação no período de abril de 2008 a junho de 2012, objeto de ressarcimento instruído em 2013, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e do Regime Especial deferido em 2013 para simplificação das informações e obrigações acessórias. O valor compensado no exercício com o ICMS ST devido nas operações de abastecimento no Estado de São Paulo foi de R\$13.134 (R\$14.997 em 31 de dezembro de 2014);
 - R\$36.107 (R\$22.510 em 31 de dezembro de 2014) – ICMS e ICMS ST correspondente ao saldo entre débitos e créditos, apurados mensalmente pelas apurações normais dos estabelecimentos do Varejo;
 - R\$13.178 (R\$7.890 em 31 de dezembro de 2014) – outros créditos de ICMS ST, substancialmente, relacionados às operações de abastecimento do Varejo.
- (ii) Inclui créditos das contribuições PIS/COFINS, originários das operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$122.665 (R\$116.622 em 31 de dezembro de 2014) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2012 e 2015, não compensado até a data de

encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições;

8. CONTAS A RECEBER PELA VENDA DO SEGMENTO EDITORIAL

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$363.860, líquido de provisão para ajuste de preço nos termos do contrato no valor de R\$31.564 (R\$337.111, registrado no ativo circulante e de R\$ 26.779 no não circulante) refere-se a venda do segmento editorial comentado na nota explicativa nº 1.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	29.801	56.096
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	826	600	8.785	6.064
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	37	8.499	7.715
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	677	1.171
Provisão para obsolescência de estoque	3.459	-	28.346	4.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	335	54	417
Perda não realizada em operação de "swap"	12	183	12	183
Provisão participação nos resultados e gratificações	354	1.000	4.487	1.879
Provisão para premiação sobre vendas	-	1.250	-	1.250
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	272	3.388
Provisão para Ajuste de preço contábil final - venda do segmento editorial	-	-	10.732	-
Outras provisões	476	386	1.201	1.220
	<u>5.146</u>	<u>3.791</u>	<u>92.866</u>	<u>83.627</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	-	10.831	17.743	28.682
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	4.963	26.573	31.526
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	30.682	12.643
Provisão parcela efetiva Hedge account	-	-	201	-
Valor justo - operação de câmbio	-	-	-	93
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	-	-	4.012
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>21.607</u>	<u>81.012</u>	<u>82.769</u>
	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>11.854</u>	<u>858</u>
Ativo não circulante	-	-	<u>12.521</u>	<u>22.686</u>
Passivo não circulante	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>(667)</u>	<u>(21.828)</u>
	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>11.854</u>	<u>858</u>

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora, realizáveis no exercício em caso de solução final das ações judiciais impetradas e realização das demais diferenças temporárias. Em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(178.240)	(76.491)	(180.322)	(19.441)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	60.602	26.007	61.310	6.610
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(19)	(82)	(2.015)	(1.314)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(53.783)	(13.554)	-	-
Imposto sobre operações descontinuadas	-	-	13.244	24.219
Créditos fiscais não registrados	<u>(6.747)</u>	<u>(12.366)</u>	<u>(37.385)</u>	<u>(12.366)</u>
	<u>53</u>	<u>5</u>	<u>35.154</u>	<u>17.149</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	-	-	78.669	-
Diferidos	<u>53</u>	<u>5</u>	<u>(43.515)</u>	<u>17.149</u>
	<u>53</u>	<u>5</u>	<u>35.154</u>	<u>17.149</u>
Aliquota efetiva sobre o lucro líquido	<u>-0.03%</u>	<u>-0.01%</u>	<u>-19.50%</u>	<u>-88.21%</u>

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo e subscrição de capital.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos de e/ou para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 110% da variação do CDI.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas doações no montante de R\$1.035 (R\$759 em 30 de setembro de 2014).

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldos no início do exercício	-	-
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	115.231	(121)
Receitas financeiras	<u>12.824</u>	<u>121</u>
Saldos no fim do exercício	<u>128.055</u>	<u>-</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	<u>Controlada</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldos no início do exercício	-	22.143
Empréstimos obtidos	-	67.715
Pagamentos efetuados	-	(90.850)
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>992</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 5	-	24.450
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	128.055	-
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 16	7	7
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Transações:		
Receitas financeiras	12.824	121
Despesas financeiras	-	992

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Pró-labore do conselho de administração	3.093	2.866	4.119	4.344
Pró-labore da diretoria	2.769	7.659	5.174	11.271
Subtotal	5.862	10.525	9.293	15.615
Participação nos lucros	-	639	-	639
Remuneração baseada em ações	68	195	68	195
Outras remunerações	351	487	538	728
	<u>6.281</u>	<u>11.846</u>	<u>9.899</u>	<u>17.177</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

11. INVESTIMENTOS

A participação na controlada e suas principais informações são como segue:

	31/12/15		31/12/14				Todas as	
	Varejo	Varejo	Minha Biblioteca	SE	Joaquim	Pigmento	Letras	Total
Quantidade de ações ou quotas do capital social - milhares	249.121	216.490	2.000	120	10.000	10.000	10.000	
Quantidade de ações ou quotas possuídas - milhares	249.081	216.450	500	119	9.900	9.900	9.900	
Participação no capital social	99,98%	99,98%	25,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	67,42%	51,20%	0,03%	7,56%	0,00%	0,00%	0,00%	
Capital social atualizado	363.579	326.317	2.000	120	10	10	10	
Patrimônio líquido	362.087	256.271	658	11.399	10	10	10	268.358
Prejuízo líquido da SE - descontinuada	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(8.394)	(14.302)	-	-	-	-	-	(14.302)
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	-	-	-	7.788	-	-	-	7.788
Total	<u>353.693</u>	<u>241.969</u>	<u>658</u>	<u>19.187</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>261.844</u>
Ágio	-	-	-	<u>16.581</u>	-	-	-	<u>16.581</u>
Valor do investimento	<u>353.635</u>	<u>241.921</u>	<u>164</u>	<u>35.712</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>277.827</u>

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora é composta como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(164.121)	(36.905)
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	<u>5.908</u>	<u>(2.969)</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(158.213)</u>	<u>(39.874)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(158.186)</u>	<u>(39.866)</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Controladora	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldo no início do exercício	277.827	312.677
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	5.907	(2.969)
Participação no resultado do Varejo	68.153	(36.899)
Participação reflexa no hedge account do Varejo	391	-
Participação no resultado da Minha Biblioteca	-	15
Participação no resultado da SE	-	5.818
Integralização de capital na empresa - Joaquim	-	10
Integralização de capital na empresa - Pigmento	-	10
Integralização de capital na empresa - Todas as Letras	-	10
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da SE	-	(845)
Baixa de Investimento - SE	1.551	-
Baixa de Investimento - MB	(164)	-
Baixa de Investimento - Joaquim	(10)	-
Baixa de Investimento - Pigmento	(10)	-
Baixa de Investimento - Todas as Letras	<u>(10)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>353.635</u>	<u>277.827</u>

As principais informações do Varejo são como segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo total	1.580.330	1.261.243
Passivo circulante e não circulante	1.218.243	1.004.973
Patrimônio líquido	362.087	256.270
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Receita operacional líquida	1.773.443	1.821.761
CMV	(1.250.369)	(1.248.406)
Lucro bruto	523.074	573.355
Despesas operacionais	(593.211)	(548.889)
Depreciações	(35.594)	(34.307)
Outras	(4.110)	10.480
Resultado operacional	(109.841)	639
Resultado financeiro	(89.380)	(54.689)
Resultado antes dos impostos	(199.221)	(54.050)
Imposto de renda e contribuição social	35.101	17.145
Resultado líquido das operações continuadas	(164.120)	(36.905)
Resultado líquido das operações descontinuadas	232.284	-
Lucro (prejuízo) líquido	<u>68.164</u>	<u>(36.905)</u>

12. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/15			31/12/14		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	-	18.527	18.527	-	18.527
Edifícios e construções	4	8.006	(5.561)	2.445	8.006	(5.243)	2.763
Máquinas e equipamentos	10	860	(846)	14	2.035	(1.778)	257
Móveis, utensílios e instalações	10	7.653	(5.790)	1.863	9.725	(6.338)	3.387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.422	(3.312)	2.110	11.535	(7.904)	3.631
Veículos	20	-	-	-	1.146	(831)	315
Equipamentos de informática	20	11.561	(10.450)	1.111	18.093	(14.611)	3.482
Imobilizado arrendado	20	828	(514)	314	828	(431)	397
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	106	-	106
		<u>52.857</u>	<u>(26.473)</u>	<u>26.384</u>	<u>70.001</u>	<u>(37.136)</u>	<u>32.865</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/15			31/12/14		
	Taxa anual de depreciação - %	Depreciação		Valor líquido	Depreciação		Valor líquido
		Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Terrenos	-	18.530	-	18.530	18.530	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.447	(6.694)	2.753	9.447	(6.320)	3.127
Máquinas e equipamentos	10	6.659	(2.401)	4.258	7.908	(2.903)	5.005
Móveis, utensílios e instalações	10	85.782	(55.211)	30.571	86.570	(50.589)	35.981
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	173.985	(149.124)	24.861	176.661	(141.279)	35.382
Veículos	20	504	(384)	120	1.965	(1.310)	655
Equipamentos de informática	20	56.621	(42.618)	14.003	61.792	(45.418)	16.374
Imobilizado arrendado	20	2.857	(1.731)	1.126	2.857	(1.344)	1.513
Imobilizado em andamento	-	3.139	-	3.139	1.774	-	1.774
		<u>357.524</u>	<u>(258.163)</u>	<u>99.361</u>	<u>367.504</u>	<u>(249.163)</u>	<u>118.341</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

		Controladora			
		31/12/14	Adições	Baixas	Transferências
Custo:					
Terrenos	18.527	-	-	-	18.527
Edifícios e construções	8.006	-	-	-	8.006
Máquinas e equipamentos	2.035	6	(1.181)	-	860
Móveis, utensílios e instalações	9.725	615	(4.548)	1.861	7.653
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.535	238	(4.490)	(1.861)	5.422
Veículos	1.146	-	(1.146)	-	-
Equipamentos de informática	18.093	53	(6.691)	106	11.561
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	828
Imobilizado em andamento	106	-	-	(106)	-
Total do custo	<u>70.001</u>	<u>912</u>	<u>(18.056)</u>	<u>-</u>	<u>52.857</u>
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções	(5.243)	(318)	-	-	(5.561)
Máquinas e equipamentos	(1.778)	(16)	948	-	(846)
Móveis, utensílios e instalações	(6.338)	(370)	2.779	(1.861)	(5.790)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(7.904)	(979)	3.710	1.861	(3.312)
Veículos	(831)	(49)	880	-	-
Equipamentos de informática	(14.611)	(1.009)	5.170	-	(10.450)
Imobilizado arrendado	(431)	(83)	-	-	(514)
Total da depreciação	<u>(37.136)</u>	<u>(2.824)</u>	<u>13.487</u>	<u>-</u>	<u>(26.473)</u>
Valor líquido	<u>32.865</u>	<u>(1.912)</u>	<u>(4.569)</u>	<u>-</u>	<u>26.384</u>

O montante referente às baixas refere-se substancialmente à contribuição para o aumento de capital na SE realizada no exercício, comentada na nota explicativa nº 1.

	Consolidado					31/12/15
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	
Custo:						
Terrenos	18.530	-	-	-	-	18.530
Edifícios e construções	9.447	-	-	-	-	9.447
Máquinas e equipamentos	7.908	33	(1.282)	-	-	6.659
Móveis, utensílios e instalações	86.570	2.955	(5.279)	1.861	(325)	85.782
Benfeitorias em imóveis de terceiros	176.661	3.356	(3.686)	(1.857)	(489)	173.985
Veículos	1.965	63	(1.524)	-	-	504
Equipamentos de informática	61.792	4.730	(10.298)	215	182	56.621
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	1.774	1.587	(3)	(219)	-	3.139
Total do custo	<u>367.504</u>	<u>12.724</u>	<u>(22.072)</u>	<u>-</u>	<u>(632)</u>	<u>357.524</u>
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	(6.320)	(374)	-	-	-	(6.694)
Máquinas e equipamentos	(2.903)	(532)	1.034	-	-	(2.401)
Móveis, utensílios e instalações	(50.589)	(5.979)	3.218	(1.861)	-	(55.211)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(141.279)	(12.607)	2.901	1.861	-	(149.124)
Veículos	(1.310)	(190)	1.116	-	-	(384)
Equipamentos de informática	(45.418)	(5.895)	8.695	-	-	(42.618)
Imobilizado arrendado	(1.344)	(387)	-	-	-	(1.731)
Total da depreciação	<u>(249.163)</u>	<u>(25.964)</u>	<u>16.964</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(258.163)</u>
Valor líquido	<u>118.341</u>	<u>(13.240)</u>	<u>(5.108)</u>	<u>-</u>	<u>(632)</u>	<u>99.361</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$632.

13. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/15			31/12/14		
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	-	-	-	19.522	(4.926)	14.596
Cessão de direitos	20	-	-	-	10.521	(6.187)	4.334
Software	20	711	(372)	339	33.297	(20.755)	12.542
Marcas e patentes	-	-	-	-	188	-	188
Outros intangíveis	20	-	-	-	1.722	(1.722)	-
Intangível em andamento	-	23.815	-	23.815	22.162	-	22.162
		<u>24.526</u>	<u>(372)</u>	<u>24.154</u>	<u>87.412</u>	<u>(33.590)</u>	<u>53.822</u>

		Consolidado					
		31/12/15			31/12/14		
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	79.248	(16.578)	62.670	115.352	(21.504)	93.848
Cessão comercial	20	33.411	(31.788)	1.623	33.542	(30.028)	3.514
Cessão de direitos	20	-	-	-	20.909	(7.806)	13.103
Software	20	90.188	(43.142)	47.046	119.198	(52.117)	67.081
Marcas e patentes	-	63	-	63	2.593	(68)	2.525
Outros intangíveis	20	-	-	-	2.715	(2.038)	677
Intangível arrendado	20	1.215	(1.099)	116	1.215	(983)	232
Intangível em andamento	-	33.486	-	33.486	25.057	-	25.057
		<u>237.611</u>	<u>(92.607)</u>	<u>145.004</u>	<u>320.581</u>	<u>(114.544)</u>	<u>206.037</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/14	Adições	Baixas	31/12/15
Custo:				
Ágio	19.522	-	(19.522)	-
Cessão de direitos	10.521	452	(10.973)	-
Software	33.297	865	(33.451)	711
Marcas e patentes	188	-	(188)	-
Outros	1.722	-	(1.722)	-
Intangível em andamento	22.162	14.646	(12.993)	23.815
Total do custo	87.412	15.963	(78.849)	24.526
Amortização acumulada:				
Ágio	(4.926)	-	4.926	-
Cessão de direitos	(6.187)	(298)	6.485	-
Software	(20.755)	(1.224)	21.607	(372)
Outros	(1.722)	-	1.722	-
Total da amortização	(33.590)	(1.522)	34.740	(372)
Valor líquido	53.822	14.441	(44.109)	24.154

Do montante apresentado na coluna de baixas, R\$42.675 refere-se à contribuição para o aumento de capital na SE realizada no exercício, comentada na nota explicativa nº 1.

	Consolidado				31/12/15
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Ágio	115.352	-	(36.104)	-	79.248
Cessão comercial	33.542	-	(131)	-	33.411
Cessão de direitos	20.909	452	(21.361)	-	-
Software	119.198	1.551	(33.764)	3.203	90.188
Marcas e patentes	2.593	-	(2.530)	-	63
Outros intangíveis	2.715	-	(2.715)	-	-
Intangível arrendado	1.215	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	<u>25.057</u>	<u>24.626</u>	<u>(12.994)</u>	<u>(3.203)</u>	<u>33.486</u>
Total do custo	<u>320.581</u>	<u>26.629</u>	<u>(109.599)</u>	<u>-</u>	<u>237.611</u>
Amortização acumulada:					
Ágio	(21.504)	-	4.926	-	(16.578)
Cessão comercial	(30.028)	(1.890)	130	-	(31.788)
Cessão de direitos	(7.806)	(298)	8.104	-	-
Software	(52.117)	(12.707)	21.682	-	(43.142)
Marcas e patentes	(68)	-	68	-	-
Outros intangíveis	(2.038)	-	2.038	-	-
Intangível arrendado	<u>(983)</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.099)</u>
Total da amortização	<u>(114.544)</u>	<u>(15.011)</u>	<u>36.948</u>	<u>-</u>	<u>(92.607)</u>
Valor líquido	<u>206.037</u>	<u>11.618</u>	<u>(72.651)</u>	<u>-</u>	<u>145.004</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve a existência de indicadores de perda de valor recuperável.

Ágio

	Data de aquisição	Controladora	
		31/12/15	31/12/14
Ágio na aquisição de empresa:			
Formato	04/08/03	-	70
Ético	07/12/07	<u>-</u>	<u>14.526</u>
		<u>-</u>	<u>14.596</u>

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	-	70
Ético	07/12/07	-	14.526
Siciliano	06/03/08	62.671	62.671
SE	06/06/13	-	16.581
		<u>62.671</u>	<u>93.848</u>

Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 16,3% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2016 a 2020 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Em moeda nacional:				
BNDES	-	241.930	58.798	327.191
Empréstimos para capital de giro	10.022	10.014	260.249	175.717
Custos de captação a amortizar	-	-	(7.454)	(277)
Arrendamento financeiro	23.060	12.381	23.937	13.922
	<u>33.082</u>	<u>264.325</u>	<u>335.531</u>	<u>516.553</u>
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	18.797	340.357	316.429
Valor justo - operação "swap"	-	(2.140)	-	(31.739)
	<u>-</u>	<u>16.657</u>	<u>340.357</u>	<u>284.690</u>
	<u>33.082</u>	<u>280.982</u>	<u>675.888</u>	<u>801.243</u>
Passivo circulante	13.386	50.549	324.495	503.677
Passivo não circulante	19.696	230.433	351.393	297.566
	<u>33.082</u>	<u>280.982</u>	<u>675.888</u>	<u>801.243</u>

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Controladora:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2013	Abr/2018	Aval Livraria e recebíveis	R\$ 10.000	116,40% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Jan/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI

Varejo:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Jul/2014	Fev/2020	Aval Controladora	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Jul/2014	Fev/2020	Aval Controladora	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Jul/2014	Fev/2020	Aval Controladora	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Jan/2015	Jan/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 235.000	109,80% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2012	Jul/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 108.500	116,40% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Jul/2015	Ago/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 80.000	120,00% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Nov/2015	Abr/2016	Aval Controladora	R\$ 9.000	130,00% Variação CDI a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Nov/2015	Mai/2016	Aval Controladora	R\$ 54.121	126,50% Variação CDI a.a.
Banco Santander S/A	Capital de giro	CCB	Jan/2015	Jan/2016	Aval Controladora	R\$ 44.000	2,92% a.a. + CDI a.a.
Banco ABC Brasil S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Set/2015	Set/2016	Clean	R\$ 20.000	3,60% a.a. + CDI a.a.
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Leasing	Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 7% (5% em 31 de dezembro de 2014).

Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

Contratações

	<u>Controladora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Consolidado</u>
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Valores contratados em 2014	-	137.284	137.284
Liberações	(86.988)	(122.518)	(209.506)
Valores não liberados - contrato 2011	-	(1.322)	(1.322)
Saldos a liberar	-	82.837	82.837

Os empréstimos contratados em 2011 pela Controladora e Varejo foram liquidados, respectivamente, em 3 de setembro de 2015 pelo montante de R\$21.944; e em 6 de agosto de 2015 pelo montante de R\$20.256.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Controladora e para o Varejo

Contratos celebrados com o Varejo em 2014

O contrato assinado com Varejo está garantido por aval da Controladora que deverá manter durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

- Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA – inferior a 2,50
- Razão Exigível / Ativo total – inferior a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

i) Dívida onerosa líquida = soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) mais dívida com aquisição de empresas e parcelamentos tributários, deduzidos das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras) e recebíveis de cartão de crédito.

ii) Exigível = somatório passivo circulante e não circulante

iii) EBITDA = Lucro operacional menos os encargos de depreciação e amortização

Para fins de comprovação, a Controladora deverá apresentar anualmente até 30 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Controladora deverá constituir no prazo de 90 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantia fidejussória, formalizada mediante carta de fiança, a ser prestada por instituição financeira, salvo se nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho, apresentarem os níveis mínimos exigidos.

Os índices exigidos nas demonstrações contábeis relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 não foram atingidos. O Varejo constituiu garantia através de fiança contratada com os Bancos Itaú e Santander para suprir a garantia contratual.

Empréstimos para capital de giro

A Controladora possuía em 31 de dezembro de 2015 empréstimos no montante de R\$33.082 (R\$26.671 em 31 de dezembro de 2014), utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro.

Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting

Com o objetivo de alongamento do prazo médio da dívida e adequação das necessidades de capital de giro, em janeiro e setembro de 2015 o Varejo contratou com os bancos Itaú BBA e ABC Brasil operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós-fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o ABC Brasil foram contratadas em 22 de setembro de 2015, no montante de R\$20.000 (US\$5.135 mil) com taxa de juros de 6,95% a.a., com vencimento em 22 de setembro de 2016.

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge com o objetivo de compensar os riscos cambiais e de variação de taxas de juros.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Em 23 de janeiro de 2015, o Varejo contratou empréstimos com o Santander no montante de R\$44.000, com vencimento para 23 de janeiro de 2016, sujeito a variação monetária pelo CDI e juros de 2,92% a.a. Os empréstimos estão avalizados pela Controladora.

Em 31 de dezembro de 2015, o Varejo possuía empréstimos no montante de R\$499.881 (R\$433.459 em 31 de dezembro de 2014) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas.

Em abril de 2015 para adequação dos fluxos de caixa da Controladora e do Varejo foi realizada a consolidação de parte dos vencimentos dos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil S.A. A repactuação contratual efetivada para o montante consolidado de R\$118.500 (R\$10.000 Controladora) dilatou o prazo em três anos com amortizações trimestrais e carência de um ano a uma taxa de 116,4% do CDI.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Controladora e para o Varejo

Contrato com o Banco Itaú BBA Internacional

O contrato assinado com Varejo está garantido por aval da Controladora e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (recebíveis de cartão de crédito e débito). A Controladora deverá apresentar durante a vigência do contrato, em suas demonstrações financeiras consolidadas revisadas por empresa de auditoria independente os seguintes índices apurados semestralmente, a contar de 30 de junho de 2015:

- Razão Dívida Onerosa Líquida / EBITDA – inferior a 2,50
- Razão Exigível / Ativo total – inferior a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

a) Dívida onerosa líquida = total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas descontadas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e recebíveis de cartão de crédito).

b) EBITDA = resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos no período de apuração, o Varejo deverá realizar o pagamento de uma remuneração não restituível de 1%, incidente sobre o saldo devedor do Contrato na data da respectiva apuração em até dez dias a contar da notificação a ser enviada pelo credor. Se os índices previstos não forem observados por dois períodos consecutivos, ao Banco ficará facultada a possibilidade de vencer antecipadamente o contrato.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2015

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	0,55
Razão Exigível / Ativo total menor ou igual	0,65	0,70

Em 31 de dezembro de 2015 o índice Razão Exigível / Ativo total, exigido para o contrato não foi atingido.

O Varejo possui capacidade financeira para arcar com os encargos adicionais previstos no contrato assinado com o Itaú pelo período em que não for verificada a adequação do índice e está em negociação com o Banco Itaú para a manutenção da vigência do contrato.

Repactuação do Contrato da Controladora com o Banco do Brasil

O contrato com a Controladora está garantido por cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito e fiança do Varejo. Durante a vigência do contrato a Controladora deverá manter o seguinte índice financeiro, cuja mediação será anual com base nas demonstrações contábeis auditadas:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA menor ou igual a 2,5

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2015

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	0,55

Repactuação do Contrato do Varejo com o Banco do Brasil

O contrato com o Varejo está garantido por aval da Controladora e cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito. Durante a vigência do contrato o Varejo deverá apresentar anualmente com base nas demonstrações contábeis anuais, o seguinte índice, sob pena de exigência da liquidação antecipada:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA menor ou igual a 2,5

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2015

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	0,55

Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Financiamentos - BNDES	1.184	5.438	8.580	10.341
Empréstimos para capital de giro	6.295	3.791	174.493	70.776
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados à operação de "swap"	(2.458)	159	(106.881)	(21.085)
Arrendamento financeiro	-	31	153	218
	<u>5.021</u>	<u>9.419</u>	<u>76.345</u>	<u>60.250</u>

15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida ao resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes; pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos; e pela amortização de

parte do saldo de provisão relativa a expectativa de expiração dos direitos de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2015, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.994 (R\$3.444 em 31 de dezembro de 2014).

16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Fornecedor - nacional	39.400	37.761	363.696	381.237
Fornecedor - exterior	478	1.063	6.255	4.508
Fornecedor - Varejo	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>39.885</u>	<u>38.831</u>	<u>369.951</u>	<u>385.745</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

17. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Mercado local (risco sacado)	<u>13.399</u>	<u>21.165</u>	<u>16.131</u>	<u>50.613</u>

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	298	4.139	1.868	5.516
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	28	98	408	228
Programa de Integração Social - PIS	-	11	35	29
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	187	117
Imposto sobre Serviços - ISS	4	21	191	185
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	2.201	2.021
Contribuição Sindical / Assistencial	5	-	33	50
	<u>335</u>	<u>4.269</u>	<u>4.923</u>	<u>8.146</u>
Passivo circulante	335	4.269	2.846	6.125
Passivo não circulante	-	-	2.077	2.021
	<u>335</u>	<u>4.269</u>	<u>4.923</u>	<u>8.146</u>

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$1.331 atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$143 (R\$229 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		
	31/12/14	Despesa	Pagamento 31/12/15
Férias	3.929	2.198	(5.376) 751
13º salário	-	1.929	(1.929) -
Salários a pagar	958	24.991	(25.929) 20
FGTS a recolher	1.113	3.458	(4.091) 480
INSS a recolher	3.117	2.902	(4.974) 1.045
Participação nos resultados	4.964	(644)	(3.307) 1.013
	<u>14.081</u>	<u>34.834</u>	<u>(45.606)</u> <u>3.309</u>

Do montante apresentado na coluna de pagamento, R\$12.676 refere-se à contribuição para o aumento de capital na SE realizada no exercício, conforme comentado na nota explicativa nº 1.

	Consolidado			
	<u>31/12/14</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/15</u>
Férias	13.914	15.066	(19.077)	9.903
13º salário	-	11.385	(11.385)	-
Salários a pagar	958	134.281	(133.010)	2.229
FGTS a recolher	3.030	18.580	(19.404)	2.206
INSS a recolher	8.513	16.064	(16.749)	7.828
Participação nos resultados	7.549	8.425	(8.960)	7.014
Bonus eventual (provisão)	-	3.400	-	3.400
	<u>33.964</u>	<u>207.201</u>	<u>(208.585)</u>	<u>32.580</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

Provisões

	Controladora		
	Constituição/ <u>31/12/14</u> <u>(Reversão)</u> <u>31/12/15</u>		
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	599	-	599
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.118	24	1.142
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	134	554	688
	<u>1.851</u>	<u>578</u>	<u>2.429</u>
	Consolidado		
	Constituição/ <u>31/12/14</u> <u>(Reversão)</u> <u>31/12/15</u>		
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	13.315	96	13.411
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.808	64	2.872
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	1.363	3.947	5.310
ICMS - Auto de infração (d)	1.664	26	1.690
	<u>19.150</u>	<u>4.133</u>	<u>23.283</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não

circulante no valor de R\$14.370 (consolidado). Relativamente às ações impetradas pela Controladora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS – Lei 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS – Lei 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Controladora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Controladora e a R\$1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão, e será definido após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.
- (c) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$627 e R\$2.430, respectivamente. Processos cíveis da Controladora, no montante estimado de perda de R\$61 e do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante estimado de perda de R\$2.192.
- (d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$1.683 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/14	(Baixa)	31/12/15
PIS/COFINS (a)	1.391	95	1.486
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	6.235	-	7.451
Processos judiciais trabalhistas	176	175	351
	<u>13.868</u>	<u>270</u>	<u>15.354</u>

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/14	(Baixa)	31/12/15
PIS/COFINS (a)	13.946	424	14.370
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	13.061	9.177	22.238
Processos judiciais trabalhistas	586	510	1.096
	<u>33.659</u>	<u>10.111</u>	<u>43.770</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.
- (b) Inclui o montante de R\$10.889 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$460.739, sendo R\$309.248 para a Controladora e R\$151.491 para o Varejo (R\$353.190 em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$264.041 para a Controladora e R\$89.149 para o Varejo).

A composição dos principais passivos é como segue:

<u>Natureza do processo</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Estimado</u>
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Editora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	9.380
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$6,944 e outros processos de naturezas variadas	307.577
ICMS	Autos de infração lavrados em 2013 contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	23.397
	A Editora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	55.568
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV, com Liminares deferidas para 5 (cinco) dos 13 (treze) processos até 31 de março de 2015	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II, IPI, ICMS, PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para 26 (vinte e seis) processos de importação (cargas) para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	16.400
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.779
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	18.931
	Outros processos cíveis da Editora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	2.188
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Editora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	25.519

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Controladora, no montante de R\$279.901 (R\$279.901 em 31 de dezembro de 2014), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 28 de abril de 2015 foi aprovada a alteração do estatuto social da Controladora para majorar o limite do capital autorizado. A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

Em reunião do Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de até 510.173 ações ordinárias escriturais e até 1.581.128 ações preferenciais escriturais de emissão da Controladora para permanência em tesouraria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 1.581.128 ações preferenciais e 15.700 ações ordinárias a um custo médio de R\$16,29 e R\$14,84 por ação, respectivamente, totalizando o montante de R\$25.996.

A Controladora mantém 1.910.078 ações em tesouraria, sendo 1.894.378 ações preferenciais (1.894.378 em 31 de dezembro de 2014) e 15.700 ações ordinárias (15.700 em 31 de dezembro de 2014), representadas por R\$30.686 (R\$30.686 em 31 de dezembro de 2014) e R\$233 (R\$233 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, com valor de mercado de R\$9.418 (R\$4,93 por ação preferencial e R\$5,00 por ação ordinária - cotação em 31 de dezembro de 2015).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório para os exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Lucro líquido do exercício	93.704	5.754
Constituição da reserva legal	(4.685)	(288)
Lucro líquido ajustado	<u>89.019</u>	<u>5.466</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>22.255</u>	<u>1.367</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	<u>0,83394</u>	<u>0,05121</u>
Proposta de distribuição		
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Dividendo mínimo obrigatório	22.255	-
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	-	1.219
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>-</u>	<u>148</u>
	<u>22.255</u>	<u>1.367</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	-	19.884
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>-</u>	<u>2.409</u>
	<u>-</u>	<u>22.293</u>
Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	<u>22.255</u>	<u>23.660</u>
Total por ação - R\$	<u>0,83394</u>	<u>0,88660</u>

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora constituiu reserva legal no montante de R\$4.685 (R\$ 288 em 2014), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 16 de julho de 2014, foi aprovado o 7º Programa, outorgando opções de compra de 882.000 ações preferenciais escriturais.

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/14	No exercício findo em 31/12/15		
2011 - 6º Programa	256	-	256	-
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	82	(19)	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	68	24	92	15
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	61	22	83	70
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	58	21	79	118
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	55	20	75	161
	<u>580</u>	<u>68</u>	<u>648</u>	<u>364</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	125.000	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercíveis	(79.100)	-	-	-	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(45.900)	(132.000)	(132.000)	(132.000)	(132.000)	(132.000)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>

No período entre 10 de março e 30 de maio de 2014, as opções equivalentes a 45.900 ações do 6º Programa não foram exercidas e expiraram.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foram ajustados os números de opções nos montantes equivalentes a 375.000 e 285.000, respectivamente.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	24/11/2011	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	10/03/2014	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	30/05/2014	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	10,26%	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	28	11	11	11	11	11
Preço fixado - R\$	25,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>	<u>44.400</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>5,58</u>	<u>1,41</u>	<u>2,58</u>	<u>3,64</u>	<u>4,64</u>	<u>5,57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2015 - R\$	<u>-</u>	<u>22,64</u>	<u>22,64</u>	<u>22,64</u>	<u>22,64</u>	<u>22,64</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.670, líquido dos impostos diferidos de R\$6.012, representa a) o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, em montante equivalente a R\$11.279; e b) resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre os resultados abrangentes do Varejo, correspondente ao ganho financeiro apurado, relacionado a parte efetiva do instrumento derivativo de hedge, no montante de R\$391.

g) Constituição de reserva estatutária

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2015, após a destinação para a reserva legal, no montante de R\$4.685, e da proposta de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$22.255, será proposta a transferência do montante de R\$66.764 para reserva estatutária, conforme disposição estatutária.

h) Participação de não controladores

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Saldos no início do exercício	48	55
Participação no resultado do exercício	<u>10</u>	<u>(7)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>58</u>	<u>48</u>

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Receita operacional líquida:		
Venda de produtos, mercadorias e serviços	1.939.453	1.979.154
(-) Impostos incidentes	(126.270)	(117.111)
(-) Devoluções	(41.818)	(41.041)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	1.450	451
	<u>1.772.815</u>	<u>1.821.453</u>

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mercadorias	-	-	(1.195.519)	(1.159.990)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(15.268)	(16.876)
Despesa com pessoal e encargos	(19.026)	(18.418)	(267.395)	(226.155)
Honorários dos administradores	(5.862)	(10.137)	(9.293)	(15.227)
Participação dos administradores	-	(639)	-	(639)
Direitos autorais	-	-	(586)	(343)
Propaganda e publicidade	-	-	(28.245)	(9.553)
Arrendamentos operacionais	-	-	(71.493)	(70.092)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(35.596)	(33.730)
Frete e embalagens	-	-	(61.377)	(65.519)
Serviços de informática	-	-	(26.724)	(15.039)
Viagens e estadias	-	-	(969)	(2.027)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(31.115)	(31.502)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.161)	(2.320)
Outras	-	-	(83.145)	(105.936)
	<u>(24.888)</u>	<u>(29.194)</u>	<u>(1.828.886)</u>	<u>(1.754.948)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.210.787)	(1.176.865)
Despesas com vendas	-	-	(486.372)	(410.166)
Despesas gerais e administrativas	<u>(24.888)</u>	<u>(29.194)</u>	<u>(131.727)</u>	<u>(167.917)</u>
	<u>(24.888)</u>	<u>(29.194)</u>	<u>(1.828.886)</u>	<u>(1.754.948)</u>

Com o objetivo de adequação de apresentação de resultados e alinhamento interno para gestão de despesas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas incorridas nas áreas de logística, compras e direção de lojas, são registradas em rubrica de despesas com vendas. O valor consolidado correspondente ao mesmo período do ano anterior registrado em despesas gerais e administrativas é de R\$68.511.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado	-	-	(208)	(47)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(646)	(490)
Provisão para perda em investimento	(408)	-	(408)	-
Baixa de impostos a recuperar	-	-	(5.894)	-
Outras provisões operacionais	-	-	(967)	(287)
Baixa de créditos com fornecedores e autores				
considerados irrecuperáveis	-	-	(1.248)	(3)
Baixa de depósitos judiciais	-	(30)	-	(113)
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(758)	(111)	(2.352)	(1.320)
Cartão "private label"	-	-	(527)	(253)
Provisão para contingências	(554)	177	(3.947)	(219)
Baixa de créditos de PIS/COFINS	-	(98)	-	(389)
Sinistros com mercadorias	-	-	(698)	-
Adesão ao parcelamento Lei 12.996/14	-	-	-	(915)
Outras despesas operacionais	-	(2)	(1.655)	(2)
	<u>(1.720)</u>	<u>(64)</u>	<u>(18.550)</u>	<u>(4.038)</u>

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Resultado na venda de ativo permanente	-	1.815	-	1.815
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	10.494	9.060
Despesas recuperadas	-	-	1.725	2.477
Vendas de saldos e outros produtos	-	-	-	211
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	-	25
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	2.239
Outras receitas operacionais	-	-	501	443
	<u>-</u>	<u>1.815</u>	<u>12.720</u>	<u>16.270</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	7.684	1.706	15.169	3.879
Juros sobre empréstimos a controladas	12.824	121	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	13	18
Juros sobre impostos a recuperar	910	962	2.984	2.378
Descontos financeiros obtidos	-	-	471	696
Valor justo - contrato de cambio	-	-	(255)	274
Outros juros e variações ativas	1.243	1.126	2.179	3.286
	<u>22.661</u>	<u>3.915</u>	<u>20.561</u>	<u>10.531</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(7.479)	(9.260)	(183.226)	(81.335)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	-	(992)	-	-
Valor justo - operação "swap"	2.458	(159)	106.881	21.085
Descontos financeiros concedidos	-	-	(202)	(353)
Outros juros e variações passivas	(6.101)	(365)	(11.212)	(8.391)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	-	-	(2.805)	(886)
Outras comissões financeiras	(2.385)	-	(8.209)	(606)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	(49)	(7)	(49)	(107)
Outras despesas financeiras	(203)	(135)	(2.217)	(1.630)
	<u>(13.759)</u>	<u>(10.918)</u>	<u>(101.039)</u>	<u>(72.223)</u>
	<u>8.902</u>	<u>(7.003)</u>	<u>(80.478)</u>	<u>(61.692)</u>

27. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2015, o Varejo possuía 111 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado

anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Arrendamentos operacionais	<u>71.493</u>	<u>70.092</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 é de R\$86 (R\$943 em 31 de dezembro de 2014) na Controladora e R\$11.068 (R\$10.883 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$205.050, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Até 31/12/16	82.657
De 01/01/17 a 31/12/17	50.245
De 01/01/18 a 31/12/18	35.127
De 01/10/19 a 31/12/19	21.487
De 01/01/20 a 31/12/20	6.461
Demais vencimentos até 2021	<u>9.073</u>
	<u>205.050</u>

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>01/01/15 a 31/12/15</u>			<u>01/01/15 a 31/12/15</u>			<u>01/01/15 a 31/12/15</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	33.732	59.972	93.704	(64.145)	(114.042)	(178.187)	97.877	174.014	271.891
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	3,51133	3,51133		(6,67717)	(6,67715)		10,18850	10,18851	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	3,51133	3,49351		(6,67717)	(6,64327)		10,18850	10,13681	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/14 a 31/12/14			01/01/14 a 31/12/14			01/01/14 a 31/12/14		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	2.071	3.683	5.754	(27.534)	(48.952)	(76.486)	29.605	52.635	82.240
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.619	17.880	27.499	9.619	17.880	27.499	9.619	17.880	27.499
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.619	17.880	27.499	9.619	17.880	27.499	9.619	17.880	27.499
Prejuízo por ação - básico - R\$	0,21532	0,20596		(2,86246)	(2,73781)		3,07776	2,94379	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	0,21532	0,20491		(2,86246)	(2,72390)		3,07776	2,92884	

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Controladora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 14), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e financiamentos líquidos de instrumentos derivativos e aquisição de empresas	35.060	282.728	257.301	805.675
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mútuo	(131.166)	(169.461)	(189.016)	(275.019)
Dívida líquida	(96.106)	113.267	68.285	530.656
Patrimônio líquido	524.494	472.470	524.552	472.518
Total	428.388	585.737	592.837	1.003.174
Índice de dívida líquida	-22.43%	19.34%	11.52%	52.90%

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
e aplicações financeiras	3.111	169.461
Valor justo - operação "swap"	-	2.140
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	82.476	135.372
Partes relacionadas - contrato de mútuo	128.055	-
Outros créditos	-	1.963
	<u>213.642</u>	<u>308.936</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	33.082	283.122
Fornecedores	39.885	38.831
Cessão de créditos de fornecedores		
com terceiros	13.399	21.165
Arrendamento operacional, direitos		
autorais e outras obrigações	36.126	28.085
	<u>122.492</u>	<u>371.203</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
e aplicações financeiras	189.016	275.019
Valor justo - operação "swap"	83.249	31.739
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	318.360	421.602
Outros créditos	-	1.963
	<u>590.625</u>	<u>730.323</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	335.531	516.553
Fornecedores	369.951	385.745
Cessão de créditos de fornecedores		
com terceiros	16.131	50.613
Arrendamento operacional, direitos		
autorais e outras obrigações	50.149	40.828
Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	<u>340.357</u>	<u>316.429</u>
	<u>1.112.119</u>	<u>1.310.168</u>

A Administração da Controladora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic) e taxas contratuais (nota explicativa nº 14) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Controladora e o Varejo estão expostos a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentados no quadro abaixo:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/15</u>
	<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	177.921
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	543.668
Fornecedores	Alta do CDI	11.009
Outras obrigações	Alta do CDI	5.019
Exposição		<u>737.617</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.

- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais estão demonstrados na ocorrência dos cenários a seguir:

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Controladora	Baixa do CDI	(9)	(23)	(45)
Varejo	Baixa do CDI	<u>(570)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(2.849)</u>
		<u>(579)</u>	<u>(1.447)</u>	<u>(2.894)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	(213)	(534)	(1.073)
Varejo	Alta do CDI	<u>(8.363)</u>	<u>(20.963)</u>	<u>(42.114)</u>
		<u>(8.576)</u>	<u>(21.497)</u>	<u>(43.187)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	(1.715)	(4.359)	(9.224)
Varejo	Alta do CDI	<u>(180)</u>	<u>(216)</u>	<u>(280)</u>
		<u>(1.895)</u>	<u>(4.576)</u>	<u>(9.504)</u>
Fornecedores sujeitos a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	<u>(113)</u>	<u>(283)</u>	<u>(563)</u>
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	<u>(107)</u>	<u>(267)</u>	<u>(533)</u>
Resultado líquido		<u>(11.270)</u>	<u>(28.069)</u>	<u>(56.681)</u>

Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de Dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

A Controladora e o Varejo realizaram durante os exercícios de 2014 e 2015, operações com o Banco Itaú e Banco do Brasil relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), demonstradas como segue:

Controladora:

Banco Itaú

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda)
		Na data do contrato	Vencimento		registrada (R\$) 31/12/15
19/12/2014	05/01/2015	2,6719	2,6719	150	3
19/12/2014	30/01/2015	2,6896	2,6896	250	(23)
29/09/2015	29/01/2016	4,2625	4,2625	120	(29)
				<u>520</u>	<u>(49)</u>

Varejo:

Banco do Brasil

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio		Valor de referência (US\$ mil)	(Perda)
		Na data do contrato	Vencimento		registrada em R\$ 31/12/14
03/02/2014	28/02/2014	2,4271	2,3436	620	(52)
03/02/2014	31/03/2014	2,4467	2,2603	260	(48)
				<u>880</u>	<u>(100)</u>

Em agosto de 2014, o Varejo contratou a importação do seu e-reader – LEV e realizou um adiantamento de US\$5.118 mil, correspondentes a 60% do valor contratado. Para os 40% restantes foram firmados com o Banco Itaú, Contratos de Câmbio com entrega física para proteção da variação da cotação do Dólar norte-americano.

Empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Controladora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixada e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixadas sujeitas à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Empréstimos e financiamentos	257.108	284.690
Swap	<u>(257.108)</u>	<u>(284.690)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Consolidado							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Indexador	Juros	Valor justo
			Indexador	Juros			
ABC Brasil	20/09/2016	20.000	US\$	6,95% a.a.	CDI	3,60% a.a.	314
Itaú	22/01/2018	235.000	US\$	3,53% a.a.	CDI	109,80% a.a.	(82.834)
Itaú	24/11/2015	<u>54.122</u>	US\$	3,25% a.a.	CDI	126,50% a.a.	<u>(729)</u>
		<u>309.122</u>					<u>(83.249)</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.111	169.461	189.016	275.019
Contas a receber de clientes	82.476	135.372	318.360	421.602
Outros créditos	-	1.963	-	1.963
	<u>85.587</u>	<u>306.796</u>	<u>507.376</u>	<u>698.584</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o consolidado apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$3.430 (R\$7.657 no em 31 de dezembro de 2014), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	39.885	-	-	-	39.885
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	13.399	-	-	-	13.399
Empréstimos e financiamentos	9.156	13.591	27.216	400	50.362
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	34.149	-	1.977	-	36.126

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	371.104	-	-	-	371.104
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	16.131	-	-	-	16.131
Empréstimos e financiamentos	336.677	220.722	154.669	400	712.468
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	45.131	-	1.977	-	47.108

Em abril de 2015 foi realizada a consolidação de parte dos vencimentos dos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil. A repactuação contratual efetivada para o montante consolidado de R\$118.500 (R\$10.000 Controladora) dilatou o prazo em três anos com amortizações trimestrais e carência de um ano.

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Controladora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Empréstimos:		
Utilizado	523.208	456.284
Não utilizado	-	243.716
Financiamentos:		
Utilizado	54.447	258.321
Não utilizado	82.837	370.645

k) Garantias concedidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/15</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	39.500
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	9.936
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	<u>137.284</u>
	<u><u>186.720</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$8.209 (R\$2.583 em 31 de dezembro de 2014).

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15		31/12/15	
	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.111	3.111	189.016	189.016
Valor justo - operação "swap"	-	-	83.249	83.249
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	82.476	82.476	318.360	318.360
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	33.082	33.368	335.531	270.178
Fornecedores	39.885	39.885	369.951	369.951
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	13.399	13.399	16.131	16.131
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	36.126	36.126	50.149	50.149
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	340.357	340.357

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos da Controladora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Controladora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>315</u>	<u>2.796</u>	<u>-</u>	<u>3.111</u>
	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11.096	177.920	-	189.016
Valor justo - operação "swap"	-	83.249	-	83.249
	<u>11.096</u>	<u>261.169</u>	<u>-</u>	<u>272.265</u>

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada através do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado das operações do segmento editorial, objeto do Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças celebrado entre o Varejo com a Ática pela venda da SE.

O segmento Editora não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro para apresentação da operação descontinuada separadamente das operações continuadas, é como segue:

Resultado líquido de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Receita operacional líquida	425.008	511.735	385.426	460.249
CPV	(191.967)	(168.212)	(186.059)	(175.652)
Lucro bruto	233.041	343.523	199.367	284.597
Despesas operacionais	(156.781)	(245.623)	(156.153)	(254.405)
Equivalência patrimonial	233.376	4.987	-	(830)
Depreciações	(1.747)	(5.848)	(1.747)	(5.910)
Outras	(12.369)	2.496	320.486	2.524
	62.479	(243.988)	162.586	(258.621)
Lucro operacional	295.520	99.535	361.953	25.976
Despesas financeiras	(16.947)	(9.028)	(16.947)	(9.092)
Receitas financeiras	1.465	746	1.465	772
	(15.482)	(8.282)	(15.482)	(8.320)
Lucro líquido antes do IR	280.038	91.253	346.471	17.656
IR diferido	17.096	(737)	54.713	(737)
IR despesa	(25.243)	(8.276)	(162.302)	(8.880)
Resultado das operações descontinuadas	<u>271.891</u>	<u>82.240</u>	<u>238.882</u>	<u>8.039</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$238.882 (2014: R\$8.039) é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional de operações continuadas, (R\$145.195) (R\$2.285 em 2014), é atribuível aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	215.821	37.973	214.932	35.113
Caixa líquido das atividades de investimento	(186.361)	(19.330)	76.108	(14.430)
Caixa líquido das atividades de financiamento	57.470	292.676	20.450	218.476
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	<u>86.930</u>	<u>311.319</u>	<u>311.490</u>	<u>239.159</u>

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros são assim demonstradas:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Lucros cessantes	100.000	50.000
Incêndio - importância máxima	57.000	61.000
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025
